

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O AMBIENTE URBANO E SEUS DESDOBRAMENTOS PARA A SAÚDE A PARTIR DE ENGELS

Diego de Oliveira Souza¹

RESUMO

Neste texto buscamos compreender as raízes da questão do ambiente urbano e de sua relação com o processo saúde-doença. Para tanto, realizamos uma leitura da obra *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, de Friedrich Engels, na qual o autor, dentre outras coisas, descreve o processo caótico de urbanização das cidades inglesas no século XIX e o devastador efeito de tal caos para a saúde, em especial, do proletariado. Assim, a partir desta obra e do conjunto dos pressupostos teóricos marxistas, demonstramos que a questão urbana e a problemática da saúde estão unidas face ao capital, comungando, em última instância, das mesmas raízes.

Palavras-chave: Engels; Capitalismo; Questão urbana; Saúde.

SOME CONSIDERATIONS ABOUT THE URBAN ENVIRONMENT AND ITS IMPLICATIONS IN THE FIELD OF HEALTH ACCORDING TO ENGELS

ABSTRACT

In this paper we try to understand the origins of the issue of the urban environment and its relation to the health-disease process. Thus, we performed a reading of the work *The condition of the working class in England*, Friedrich Engels, in which the author, among other things, describes the chaotic process of urbanization in English cities in the nineteenth century and the devastating effect of such chaos for health of proletariat. So, from the Marxist theoretical fundamentals, we reveal that the issue of the urban environment and the health-disease process are united by capital, communing, ultimately, the same origins.

Keywords: Engels; Capitalism; Urban issues; Health.

¹ Professor da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) - Campus Arapiraca. E-mail: enf_ufal_diego@hotmail.com

Introdução

Cerca de dois séculos após a consolidação do modo capitalista de produção – referimo-nos ao período pós-revolução francesa e revolução industrial – a questão urbana ainda se põe como um grande desafio para o “desenvolvimento” social, mesmo nos moldes burgueses.

Contraditoriamente, o rápido crescimento urbano representa o esplendor e o ocaso da sociedade capitalista. Sem dúvidas, as grandes cidades, com suas construções monumentais e estruturalmente muito sofisticadas, são, ao mesmo tempo, fruto e sustentáculo da expansão do capital (especialmente o industrial). Contudo, nas mesmas cidades de estruturas sofisticadas, coexistem formas degradantes de organização espacial, onde se fazem presentes as mais variadas expressões do *caráter destrutivo do capital*² e onde habitam aqueles indivíduos pertencentes às classes subalternas, necessários e responsáveis pela expansão capitalista, mas que ao contrário da burguesia, apenas acumulam pobreza.

Portanto, para essa grande massa de proletários não há qualquer *glamour* na vida urbana, restando-lhes viver em condições deploráveis. Trata-se de um processo regido pelo capital que leva à degradação social, moral, física e psíquica do ser humano. Especialmente o esgotamento das condições de saúde do proletariado, consubstanciado no turbilhão caótico do espaço urbano, revela-nos o quão desumana é a lógica de “desenvolvimento” capitalista. De fato, a partir do surgimento desta nova forma de sociabilidade, locada no espaço urbano, engendrou-se um processo de degradação da saúde humana, nunca antes visto.

De algum modo, essa problemática desperta a preocupação de todos os lados (de todas as classes sociais). O caos da vida urbana ameaça a própria burguesia e, por vezes, torna-se obstáculo à expansão do capital. A extenuação/degradação do proletariado passa a não interessar ao sistema capitalista à medida que ameaça a produtividade. Diante disto, a ciência moderna (burguesa) vem empreendendo esforços para entender e intervir sobre a questão do ambiente urbano. Todavia, estes esforços não são no sentido de chegar à raiz do

²Os títulos de livros, capítulos, dissertações, teses ou artigos, bem como as expressões tomadas de outros autores, serão apresentados em itálico.

problema; se assim o fosse, afirmar-se-ia a necessidade de superação da ordem capitalista. A burguesia deve negar esta possibilidade até a última instância, pois se assim não fizer, estará renunciando a sua própria existência.

O que predomina no tratamento dessa questão, hoje, é o deslocamento de suas contradições o mais para a frente possível, amenizando e mascarando o caos urbano, mas sem ameaçar as condições de reprodução do capital e mantendo as contradições que originam a problemática do ambiente urbano. Ademais, trata-se a problemática de modo isolado, fragmentado-a, sem capturar o fio condutor que a une aos outros problemas de ordem social.

Contra essa forma de explicar a questão do ambiente urbano, há a necessidade demandada pelo proletariado, qual seja, compreender tal problemática em sua essência, apreendendo sua raiz e propondo a eliminação da mesma através da transformação radical da sociedade. A partir desta necessidade, a perspectiva teórica de tradição marxista vem tentando superar as análises superficiais e imediatistas da ciência moderna (burguesa). Dentre os estudiosos inscritos nesta perspectiva teórica, constatamos que Friedrich Engels possui contribuições valorosas sobre a questão do ambiente urbano e de seus diversos desdobramentos, como, por exemplo, para o processo saúde-doença das massas proletarizadas.

O autor alemão realiza análises interessantíssimas sobre as diversas mazelas enfrentadas pelo proletariado do século XIX, tecendo críticas radicais à forma de organização da vida social. Especialmente em *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, Engels consegue alcançar os elementos essenciais (e genéricos) da problemática urbana, o que confere a tal obra o *status* de ser atualíssima, principalmente considerando a persistência da questão na contemporaneidade.

Desse modo, a partir da leitura de *A situação na classe trabalhadora na Inglaterra*, buscamos compreender as raízes da problemática do ambiente urbano e de sua especial relação com o processo saúde-doença.

A questão do ambiente urbano em *A situação da classe trabalhadora da Inglaterra*

As observações do jovem Engels durante sua estada na Inglaterra deram origem a uma das obras de maior destaque no interior da tradição marxista: *A*

situação da classe trabalhadora na Inglaterra. Trata-se de uma das análises mais completas sobre a caótica sociedade capitalista, além de ter um caráter de denúncia sobre a degradante vida do proletariado inglês no século XIX, servindo-nos como parâmetro para analisar a situação presente em outros países à época e, de algum modo, atualmente.

Nessa obra, Engels traz contribuições para diversas áreas do conhecimento, tecendo considerações a respeito de questões de interesse de Sociologia, Filosofia, Arquitetura, Saúde Coletiva, Economia, dentre outras áreas. Ao que nos interessa, apresentaremos algumas passagens dos capítulos *O proletariado industrial* e *As grandes cidades*, nos quais o autor descreve as condições em que se deu a urbanização das cidades inglesas, a partir do surgimento do proletariado industrial.

Sendo assim, no século XIX, a Inglaterra viveu um acelerado impulso de acumulação de capital industrial. Do processo de incremento do capital fabril decorreu, também, o surgimento das grandes cidades. Observemos como isto ocorre: uma indústria demanda uma grande quantidade de operários que trabalhem juntos, logo, ao redor de uma indústria surge uma vila de operários. Aqueles trabalhadores possuem algumas necessidades que requerem novos serviços, gerando a oportunidade de emprego para alfaiates, padeiros, pedreiros etc. Disto decorre um crescimento populacional e a evolução da vila para pequena cidade. Finalmente, quando há a chegada de novas indústrias naquela pequena cidade para absorver a força de trabalho excedente, há um crescimento ainda maior da população, a estrutura da cidade se torna mais complexa e temos, então, o nascimento de uma grande cidade (Engels, 2008).

Engels constata o caráter centralizador da indústria e o rápido crescimento das cidades. Tais constatações nos parecem bem precisas, ao ponto de permitirem ao filósofo fazer previsões, de algum modo acertadas, sobre o futuro destas cidades:

Se fosse possível que esse frenesi da indústria perdurasse por um século, cada distrito industrial da Inglaterra tornar-se-ia uma única grande cidade industrial e Manchester e Liverpool encontrar-se-iam em Warrington ou em Newton – porque também sobre o comércio essa centralização da população exerce os mesmos efeitos e, por isso, alguns poucos grandes portos (Liverpool, Bristol, Hull e Londres) monopolizam quase inteiramente o comércio marítimo do Império Britânico (ENGELS, 2008, p. 65).

A partir daí, a Inglaterra das enormes propriedades feudais e dos pequenos

burgos já não existia mais. A classe social mais estável (a pequena burguesia) agora era a mais instável, estando a diminuir drasticamente. O que restava eram alguns homens muito ricos (que centralizam as propriedades urbanas) e uma grande massa de pobres, dos quais se constitui a maioria das cidades.

Podemos constatar que o novo regime de produção não só põe em oposição capitalistas e operários como também a cidade e o campo, no que diz respeito ao desenvolvimento econômico. Portanto, por um lado, foi nas grandes cidades inglesas que a indústria “floresceu” e que os capitalistas industriais acumularam seus capitais iniciais. Todavia, por outro lado, a grande cidade teve efeitos maléficos para a classe proletária, e é sobre isto que Engels dá ênfase.

O autor destaca o alto grau de desenvolvimento da cidade de Londres, de sua importância e singularidade ao mundo do século XIX. Porém, ao mesmo tempo, Engels revela a degradação dos milhares de homens que, pela força de seus braços e pernas, foram responsáveis pelo progresso da cidade. “Só então começamos a notar que mil forças neles [nos londrinos] latentes permaneceram inativas e foram asfixiadas para que só algumas pudessem desenvolver-se mais e multiplicar-se mediante a união com as de outros” (ENGELS, 2008, p. 67).

Havia ainda um repúdio entre os milhares de homens que transitavam nas ruas das grandes cidades todos os dias, mas se cruzavam como se nada tivessem em comum. No dizer de Engels (2008, p. 68), “ninguém pensa em conceder ao outro sequer um olhar”. Para o autor, essa indiferença, esse isolamento e egoísmo mesquinho são constituintes da sociedade moderna, porém “em lugar nenhum ele se manifesta de modo tão impudente e claro como na confusão da grande cidade” (ENGELS, 2008, p. 68).

Trata-se de uma guerra social, “a guerra de todos contra todos [...] indiferença bárbara e grosseiro egoísmo de um lado e, de outro, miséria indescritível” (ENGELS, 2008, p. 68). Não era de se esperar outra coisa, senão que o ônus de todo esse caos social das grandes cidades incide-se brutalmente sobre o pobre. Engels assim descreve o peso que recai sobre este:

Ninguém se preocupa com ele: lançado nesse turbilhão caótico, ele deve sobreviver como puder. Se tem a sorte de encontrar trabalho, isto é, se a burguesia lhe faz o favor de enriquecer à sua custa, espera-o um salário apenas suficiente para o manter vivo; se não encontrar trabalho e não temer a polícia, pode roubar, pode ainda morrer de fome, caso em que a polícia tomará cuidado para que a morte seja silenciosa para não chocar a

burguesia (ENGELS, 2008, p. 69).

Postas as coisas assim, percebemos que o suposto progresso da grande cidade não chegou para a maioria da sua população, pelo contrário, essa massa de miseráveis tornou-se uma “chaga” a qual a burguesia se esforçou em esconder. Tal fato é explícito quando Engels analisa a questão da fome enfrentada pelos miseráveis, como vemos a seguir:

Durante o período em que permaneci na Inglaterra, a causa direta da morte de vinte ou trinta pessoas foi a fome, em circunstâncias as mais revoltantes; mas, quando dos inquéritos, raramente se encontrou um júri que tivesse a coragem de atestá-lo em público. [...]. Nesses casos, a burguesia não deve dizer a verdade: pronunciá-la equivaleria a condenar a si mesma. Muito mais numerosas foram as mortes causadas indiretamente pela fome, porque a sistemática falta de alimentação provoca doenças mortais: as vítimas viam-se tão enfraquecidas que enfermidades que, em outras circunstâncias, poderiam evoluir favoravelmente, nesses casos determinaram a gravidade que levou à morte (ENGELS, 2008, p. 69, grifo da obra).

Na sequência, o autor inicia uma análise mais detalhada das condições de vida dos operários industriais e é a partir deste momento, no que concerne ao nosso objeto de estudo, que o autor nos fornece elementos preciosos. Ele descreve aspectos expressivos da vida insalubre que levavam estes homens, tomando por análise as condições de suas habitações.

Em geral, as moradias operárias em Londres eram pequenas casas de tijolos (designadas de *Cottages*) nos piores bairros da cidade (conhecidos como bairros de “má fama”), em áreas de ventilação precária, dispostas de maneira irregular, com ruas sem calçadas, sujas, repletas de detritos vegetais e animais (ENGELS, 2008). O exemplo do bairro de St. Giles representa bem o que eram os bairros operários.

St. Giles [...] é uma massa desordenada de casas de três ou quatro andares, com ruas estreitas, tortuosas e sujas [...] cestos de legumes e frutas, todos naturalmente de péssima qualidade e dificilmente comestíveis, complicam o trânsito dos pedestres e enchem o ar de mau cheiro, o mesmo que emana dos açougues. As casas são habitadas dos porões aos desvãos, sujas por dentro e por fora e têm um aspecto tal que ninguém desejaria morar nelas. Mas isso não é nada, se comparado às moradias dos becos e vielas transversais, aonde se chega através de passagens cobertas e onde a sujeira e o barulho superam a imaginação. [...]. Por todas as partes, há montes de detritos e cinzas e as águas servidas, diante das portas, formam charcos nauseabundos (ENGELS, 2008, p.71).

Sem dúvidas não eram habitações condizentes com a vida humana, se é que

podem ser chamadas de habitações. Eram ambientes malsões, de intensa miséria e sujeira, onde viviam mulheres, homens, crianças e idosos amontoados, muitas vezes, em um ou dois cômodos. E esses infelizes ainda pagavam aluguéis absurdos por estas, chegando a custar 4,5 *shillings* semanais por um cômodo. Para aqueles que sequer podiam pagar, a opção de moradia eram as praças, porões, esquinas, arcadas ou, quando tinham sorte, um asilo ou albergue, sempre superlotados (ENGELS, 2008).

A situação da maior zona operária de Londres (Whitechapel e Bethnal Green) não era diferente da St. Giles. Engels, ao analisar esta região, recorre, principalmente, aos casos daqueles miseráveis que, por motivo fortuito, tiveram suas casas visitadas por autoridades e que, por isso, estamparam algumas das páginas dos jornais londrinos. Nestes jornais, são descritas a situação de algumas famílias e as suas respectivas habitações precárias, quando observamos que a maioria das famílias não possuía móveis nos seus pequenos cômodos, tampouco vestimentas (além daquelas do próprio corpo) ou utensílios de qualquer natureza, suas camas eram o chão e seus cobertores eram trapos, quando os tinham (ENGELS, 2008).

De fato, havia alguns poucos operários que viviam em melhores condições (mas nem tanto) do que as descritas acima. Engels (2008, p. 74-75) reconhece isto, entretanto afirma que “milhares de famílias honestas e laboriosas – muito mais honestas e estimáveis que todos os ricos de Londres – encontram-se em condições indignas de seres humanos e que todo proletário, sem qualquer exceção, sem que a culpa seja sua e apesar de todos os seus esforços, pode ter o mesmo destino”.

Portanto, Londres já era a expressão da natureza contraditória do regime capitalista e em suas ruas já podia-se ver luxo e miséria lado a lado. Engels extrai uma passagem do famoso jornal inglês *The Times*, explicitando tal contradição:

É uma situação verdadeiramente monstruosa. O máximo prazer proporcionado pela saúde física, a atividade intelectual, as mais inocentes alegrias lado a lado com a miséria mais cruel! [...]. Na área mais luxuosa da cidade mais rica do mundo, noite a noite, inverno a inverno, vivem mulheres, jovens em idade e envelhecidas pelos pecados e pelo sofrimento, expulsas da sociedade, atoladas de fome, na doença e na sujeira (*The Times*, 1843 *apud* ENGELS, 2008, p. 76).

Em todo Império Britânico, podia-se observar a pauperização do proletariado. O que se via em Londres não era tão diferente em Dublin (Irlanda) ou Edimburgo (Escócia), e em todas as grandes cidades britânicas se espalhavam miséria, fome e

degeneração física e moral.

As péssimas condições sanitárias daqueles bairros operários eram constantemente analisadas nos periódicos ingleses. Vejamos um trecho da citação que Engels faz do *The Artizan* sobre um bairro de Edimburgo:

Nessa parte da cidade não há esgotos, banheiros públicos ou latrinas nas casas; por isso, imundícies, detritos e excrementos de pelo menos 50 mil pessoas são jogados todas as noites nas valetas, de sorte que, apesar do trabalho de limpeza das ruas, formam-se massas de esterco seco das quais emanam miasmas que, além de horríveis à vista e ao olfato, representam um enorme perigo para a saúde dos moradores. É de espantar que não se encontre aqui nenhum cuidado com a saúde, com os bons costumes e até com as regras elementares da decência? Pelo contrário, todos os que conhecem bem a situação dos habitantes podem testemunhar o ponto atingido pelas doenças, pela miséria e pela degradação moral (*The Artizan*, 1843 *apud* ENGELS, 2008, p. 79).

O filósofo alemão descreve, ainda, as condições das cidades portuárias de *Liverpool* e *Bristol*, e das industriais Nottingham e Birmingham, todas apresentando quadros precários. Já Glasgow, muitas vezes, foi considerada em situação ainda mais deplorável, sendo a sua classe operária, para muitos, ainda mais miserável do que as de St. Gile, Whitechapel, Dublin ou Edimburgo.

Na grande zona industrial do centro da ilha britânica (West Yorkshire e South Lancashire), merece destaque a situação de Leeds no vale do Aire. Leeds é atravessada pelo rio Aire, e este, quando inunda, torna a situação da classe proletária ainda mais caótica.

Em consequência das cheias do Aires, as casas e os porões são inundados com frequência, a ponto de serem necessárias bombas para lançar a água nas ruas; mas ela volta a encher os porões, mesmo aqueles em que há rede de esgoto, resultando em miasmas fortemente impregnados de hidrogênio sulfuroso, que deixa nos canos um sedimento nauseabundo e extremamente prejudicial à saúde. Durante as inundações da primavera de 1839, os efeitos dessa obstrução dos esgotos foram tão deletérios que, de acordo com o relatório oficial do registro civil, naquele trimestre registraram-se nessa área três mortes para cada dois nascimentos, ao passo que, no mesmo período e em outros bairros, a proporção foi exatamente a inversa (*The Artizan*, 1843 *apud* ENGELS, 2008, p. 82-83).

Percebemos que, de fato, os impactos do pauperismo (exponenciado pelas cheias do Aire) na saúde dos trabalhadores de Leeds eram devastadores³. As taxas de mortalidade registradas pelo *The Artizan* eram assustadoramente altas,

³ Engels descreve situação similar na cidade de Bradford.

superando as de bairros vizinhos, que já eram preocupantes.

Desse modo, ao passo que vemos o agravamento, cada vez maior, das contradições capitalistas, do abismo entre burguesia e proletariado industrial e da degradação moral destes últimos, notamos que ocorria a rápida e intensa depleção da saúde destes trabalhadores, que habitavam o inabitável. As condições sanitárias que apresentamos até aqui já nos seriam suficientes para percebermos a calamidade da saúde pública das grandes cidades inglesas. Contudo, Engels não para por aqui, na sequência ele prossegue com a sua análise mais detalhada, que é sobre a cidade de Manchester, no Lancashire.

Engels tece algumas considerações sobre as cidades que rodeiam Manchester – Bolton, Stockport, Ashton-under-Lyne⁴ etc. – mas não apresentando grandes novidades ao que já foi discutido, por isso passemos à análise do grande centro de Lancashire.

A cidade de Manchester no século XIX poderia ser considerada o centro industrial do Império: o termômetro comercial e o lugar onde a utilização das máquinas e a divisão do trabalho chegaram a seu extremo, graças, especialmente, à indústria algodoeira. Logo, ao mesmo tempo, o “proletariado industrial revelou suas mais clássicas características” (ENGELS, 2008, p. 85). Portanto, há aí elementos relevantes ao contexto que nos propomos analisar, apesar de que não reproduziremos, aqui, os minuciosos detalhes descritos pelo autor.

Devemos salientar a peculiar arquitetura de Manchester para a época, construída de tal modo que no centro não se via miséria nem operários, já que todos estes moravam num anel que rodeava a área comercial da cidade. Já a burguesia residia em regiões mais afastadas, para além deste “anel operário”. Desse modo, as ruas do comércio eram preservadas e limpas, livrando os senhores e madames que ali circulavam de qualquer escória e imundície. As ruas que partem do centro, em especial da Bolsa, eram agradáveis, mas, à medida que iam se afastando, tornavam-se sujas e malcheirosas, sendo as lojas mais distantes dotadas de uma aparência “que não permite nenhuma dúvida sobre seus fregueses: operários e só operários” (ENGELS, 2008, p. 90).

Na região do rio Irk, na parte velha da cidade, entrando pela Long Millgate,

⁴ Devemos destacar que em Ashton a situação é menos caótica do que nas outras regiões descritas.

poder-se-ia encontrar os primeiros operários. Tratava-se de um bairro de existência pré-industrial, mas que à época já era habitado totalmente por operários, notadamente imigrante irlandeses. Assim, eram casas velhas com fachadas em péssimo estado e empilhadas umas sobre as outras. Nas palavras do próprio autor:

À esquerda e à direita, uma miríade de passagens cobertas leva da rua principal aos numerosos pátios e, quando neles entramos, uma sujeira repugnante, incomparável a tudo que conheci, nos rodeia – especialmente nos pátios que descem para o Irk, onde, na realidade, estão as habitações mais horríveis que vi até hoje. Num desses pátios [...] há um banheiro sem porta e tão sujo que os moradores, para entrarem ou saírem do pátio, têm de atravessar um charco de urina e excrementos (ENGELS, 2008, p. 92).

Por se tratar de uma região nas redondezas de um rio e por ser habitada por indivíduos vivendo em condições subumanas, era de se esperar as enormes implicações ambientais produzidas ali. Aquele quadro de miséria e pauperismo gestou sucessivas agressões ao Irk, dando origem a uma situação deplorável:

Embaixo corre, ou melhor, estagna o Irk, estreito curso d'água, negro, nauseabundo, cheio de imundície e detritos que lança sobre a margem direita, mais baixa; aí, no período da seca, alinha-se uma série de charcos lamacentos, esverdeados e fétidos, do fundo dos quais sobem bolhas de gás mefítico [...]; ademais, o próprio rio tem seu curso detido a cada passo por barragens, junto às quais se depositam e apodrecem lama e detritos. Acima da ponte, veem-se grandes curtumes e, mais acima ainda, tinturarias, moinhos para pulverizar ossos e usinas de gás cujas águas servidas e dejetos vão todos para o Irk (que também recebe esgotos) – é fácil imaginar, pois, a natureza dos resíduos que se acumulam no seu leito (ENGELS, 2008, p. 92-93).

Como sabemos, a degradação ambiental rebate-se sobre a saúde dos indivíduos de forma severa; e era este o caso dos trabalhadores da parte velha de Manchester em relação ao Irk. Tratava-se de um círculo no qual a degradação gerava mais degradação (de todos e em todos os níveis), tendo como eixo o pauperismo gestado na exploração do capital sobre o trabalho.

No lado oposto da Long Millgate encontrava-se um bairro mais novo e menos caótico, mas que também não foi poupado do turbilhão causado pela industrialização. Engels (2008, p. 95) afirma que

É verdade que esse bairro apresenta algumas vantagens em relação à zona do Irk: as casas são mais novas e algumas ruas dispõem de rede de esgoto; em compensação, quase todas as casas têm moradias nos porões (o que, na área do Irk, é raro, até porque as construções ali são muito mais velhas e grosseiras). De resto a imundície, os montes de entulho e de cinzas e os charcos nas ruas

são comuns aos dois bairros.

Uma importante diferença deste bairro em relação à região do Irk consiste num fator que, especialmente do ponto de vista sanitário, contribui para o aviltamento dos operários: consistia nas inúmeras pocilgas no interior dos pátios (ENGELS, 2008). Assim, como se não bastasse as inúmeras doenças que os operários estavam sob risco, devido às habitações inadequadas, à falta de saneamento básico e ao déficit de higiene em geral, ainda estavam fadados a conviver na mais alta imundície da criação de porcos, piorando, e muito, as já precárias condições de higiene, além de trazer risco de novas doenças, como as zoonoses transmitidas por tais animais.

Em suma, este era o quadro da parte velha de Manchester, para o qual a burguesia fechava os olhos e justificava o seu caos, justamente, pela sua velha estrutura. Contudo, os problemas ali instalados datavam do início do processo industrial e, como veremos a seguir, não eram, de todo, diferentes dos da parte nova da cidade.

De início, uma breve comparação entre as duas regiões da cidade:

Já vimos que, na cidade velha, frequentemente o arbítrio presidia ao agrupamento das edificações. Cada casa foi construída sem que se tivessem em conta as outras e os poucos palmos de terra irregular entre elas são chamados, à falta de melhor designação, pátios. Nas zonas um pouco mais recentes desse mesmo bairro, e em outros bairros que datam dos primeiros tempos do desenvolvimento industrial, verifica-se um esboço de plano. O espaço entre duas ruas é dividido em pátios mais regulares, a maioria deles quadrangulares (ENGELS, 2008, p. 97).

Como constatamos, havia um sistema diferente de edificação em relação ao da zona mais antiga da cidade, e este fator dirimia certos problemas nesses bairros mais novos. Porém, em termos de ventilação, os pátios desses bairros eram ainda piores do que a região do Irk. Existiam dois sistemas de edificações, um que proporcionava uma melhor ventilação para algumas casas (que ficavam para os trabalhadores com melhores salários), mas outra grande parte de casas continuava sem circulação de ar. E é importante frisarmos que em qualquer que fosse o sistema de edificações havia sempre áreas de extrema imundície (ENGELS, 2008).

Em Great Ancoats Street existiam casas, à primeira vista, em melhores condições. Todavia, eram construídas com avareza extrema de material e, em geral,

sua durabilidade era de cerca de 40 anos, bem menor do que em outros bairros. Ademais, o pauperismo e a miséria não eram tão assustadores como em outras localidades aqui já citadas, mas havia, neste bairro, um aspecto igualmente preocupante. Tratava-se da única parte de Manchester em que a burguesia não habitava, isto devido ao “vento dominante, que, por dez ou onze meses do ano, vem do oeste ou do sudoeste, esparze sobre ela a fumaça de todas as fábricas”, tornando o ar respirado extremamente contaminado pelos resíduos gasosos eliminados pelas indústrias (ENGELS, 2008, p. 101).

Na região do rio Medlock, os bairros possuem situação similar ao do Irk:

[...] as casas são velhas, sujas e do tipo mais exíguo; as ruas, irregulares e nem todas pavimentadas, não são niveladas nem há rede de esgoto; imundície e lama, em meio a poças neuseabundas, estão por toda parte, daí a atmosfera já enegrecida pela fumaça de uma dúzia de chaminés de fábricas, ser empestada (ENGELS, 2008, p. 102).

No bairro conhecido como Pequena Irlanda, para cada 120 pessoas existia apenas uma instalação sanitária e, nesta situação, não eram raros os casos de cólera.

Essas eram as condições dos bairros em Manchester e, no dizer de Engels (2008, p.195),

Resumindo o resultado de nosso percurso através deles, diremos que 350 mil operários de Manchester e arredores vivem quase todos em habitações miseráveis, úmidas e sujas; que a maioria das ruas pelas quais têm de passar se encontra num estado deplorável; extremamente sujas, essas vias foram abertas sem qualquer cuidado com a ventilação, sendo a única preocupação o máximo lucro para o construtor.

Por fim, Engels ainda destaca outro aspecto relacionado à saúde do proletariado urbano na Inglaterra, alertando-nos para a negligência das autoridades sanitárias da época. Ele afirma que, no ambiente das grandes cidades inglesas, as epidemias dos mais diversos tipos eram recorrentes, em especial, a cólera era devastadora. Porém, tais epidemias só mobilizavam as autoridades sanitárias quando se alastravam por toda cidade, ameaçando a burguesia. Ao se deparar com este perigo, eram feitas inspeções nos bairros operários, mas na impossibilidade de livrar a todos da imundície, priorizavam-se os mais sujos, sem mexer em nada na estrutura social responsável por estas condições deploráveis – poucos meses depois, a população estava jogada, novamente, na velha sujeira (ENGELS, 2008).

Corroborando com a análise de Engels, podemos citar Karl Marx, no capítulo XXIII (*A Lei Geral de Acumulação Capitalista*) de *O Capital*, no qual ele traz considerações sobre o proletariado na Inglaterra. O autor mostra que, em meados da década 1860, cerca de duas décadas após a descrição feita por Engels, a situação da classe trabalhadora era a mesma, senão pior. Quanto às condições de moradia, Marx apresenta relatos das autoridades sanitárias, revelando como estas eram caóticas:

“Dois pontos”, diz o Dr. Hunter, “estão claros: primeiro, que há cerca de 20 grandes colônias em Londres, cada uma com cerca de 10 mil pessoas, cuja mísera condição excede tudo que já tenha sido visto em algum outro lugar da Inglaterra e é quase inteiramente resultante de suas más condições de moradia; em segundo lugar, as condições de superlotação e decadência das casas dessas colônias são muito piores que há 20 anos.” “Não é demais dizer que a vida em certas partes de Londres e Newcastle é infernal.” (*Public Health. Eighth Report.*, 1866, p. 62 *apud* MARX, 1988, p. 211).

A situação de caos era tamanha, que as autoridades inglesas classificavam a vida em algumas partes de Londres e Newcastle como sendo infernal. Mas convém esclarecer que o “inferno” era reservado ao proletariado. Um outro relato trazido por Marx pode resumir bem a situação:

Que são inúmeros os casos em que a deficiência alimentar causa ou agrava doenças há de confirmá-lo qualquer um que esteja familiarizado com a prática médica com indigentes ou com pacientes dos hospitais, sejam eles internados ou morem fora. [...]. No entanto, do ponto de vista sanitário, se acrescenta outra circunstância decisiva. [...]. É preciso lembrar que a privação de alimentos é suportada com muita relutância e que, em regra, dietas muito deficientes só ocorrem quando outras privações as precederam. Muito antes de a insuficiência alimentar ter passado a gravitar no plano da higiene, muito antes de o fisiólogo pensar em contar os grãos de nitrogênio e carbono, entre os quais oscila a vida e a morte por inanição, a economia doméstica já terá sido despojada de todo conforto material. O vestuário e o aquecimento ter-se-ão tornado ainda mais escassos do que a comida. Nenhuma proteção suficiente contra o rigor do inverno; redução do espaço de moradia a um grau que gera enfermidades ou as agrava; ausência quase total de utensílios domésticos ou de móveis; a própria limpeza ter-se-á tornado custosa ou difícil. Se, por dignidade pessoal, ainda se tenta mantê-la, cada uma dessas tentativas representa suplícios adicionais de fome. O lar há de ser onde o teto for mais barato; em áreas onde a polícia sanitária dá menos fruto, é mais lamentável o sistema de esgoto, menor o tráfego, máxima a imundície pública, mais miserável ou pior o suprimento de água e, em cidades, maior a falta de luz e ar. Tais são os perigos sanitários a que a pobreza inevitavelmente está sujeita, quando essa pobreza inclui carência alimentar. Se a soma desses males constitui perigo de terrível magnitude para a vida, a mera carência alimentar já é em si mesma horrível (*Public Health. Eighth Report.*, 1864. p. 14-15 *apud* MARX, 1988, p. 210).

Nesse contexto, inúmeras doenças se instalavam entre os trabalhadores, epidemias dizimavam famílias por inteiro. A falta de condições de higiene e a falta de condições mínimas para se viver configuravam o cenário perfeito para o desenvolvimento de uma diversidade de doenças infecciosas:

Não se pode duvidar de que a causa da persistência e propagação do tifo é a excessiva aglomeração de seres humanos e a falta de higiene em suas moradias. As casas em que os trabalhadores freqüentemente vivem situam-se em becos cercados e pátios. Quanto à luz, ar, espaço e limpeza, são verdadeiros modelos de insuficiência e insalubridade, uma desgraça para qualquer nação civilizada. Ali, à noite, homens, mulheres e crianças deitam-se misturadamente. No que tange aos homens, o turno da noite segue ao turno do dia em fluxo ininterrupto, de modo que as camas quase não têm tempo de esfriar. As casas são mal supridas de água e, pior ainda, de privadas; são sujas, mal ventiladas e pestilentas (*Public Health. Eighth Report.*, 1866, p. 149 *apud* Marx, 1988, p. 213).

Assim, o capitalismo que prometera liberdade aos antigos trabalhadores feudais, trouxe, na verdade, o aprisionamento do proletariado moderno, conformando um caos nunca antes visto. As famílias proletárias passam a ser escravas de uma condição extremamente contraditória: para sobreviverem, entregam sua saúde à burguesia; para não morrerem, se matam.

Diante de tudo que foi exposto, constatamos o turbilhão caótico presente nos principais centros urbanos ingleses. Por trás do *glamour* das ruas britânicas, Engels denuncia a sarjeta na qual vive a classe operária. Por trás do esplendor da riqueza capitalista, vemos que existe a depleção de uma enorme massa de seres humanos. O trabalhador inglês do século XIX vivia em ambiente totalmente insalubre, em condições subumanas. E, enfim, o esgotamento da saúde do operário representa como a perversa lógica do capital adentra em seu corpo, lançando-o em situação deplorável.

A interface ambiente urbano e saúde: uma aproximação com a determinação essencial da problemática da saúde

Diversos teóricos das ciências sociais (e também das ciências da saúde) vêm se detendo a estudar a relação ambiente urbano e saúde. Em geral, todos são enfáticos em afirmar a enorme influência que os problemas gerados na desorganização espacial urbana têm sobre a saúde. Vejamos o que diz Valentim

(2010, p. 76):

Nos imensos movimentos do mundo, cada localização tem um papel próprio no promover ou no negar da saúde. A saúde tem uma relação direta com o lugar e dele adquire parcela das condições de sua realização. Mais do que isto, as condições de realização da saúde se transmudam ao transmudar de lugares: novas localizações são novas possibilidades de saúde ou de doença. Tomando por princípio o raciocínio espacial expresso por Santos (1985), pode-se considerar que, além de levar em contas as causalidades das doenças em termos geográficos, que implicam relações entre elementos do espaço, importa o contexto onde a saúde se realiza ou se torna fugidia, que corresponde ao movimento do todo, às agitações da forma de conteúdo. Uma maior ou menor porção do social no espaço resulta maior ou menor possibilidade de saúde.

Ianni e Quitério (2006) destacam algumas particularidades desta relação, ao afirmarem que

[...] a questão ambiental [urbana] é marcada pela já conhecida relação entre a saúde e a provisão de água em quantidade e qualidade apropriadas e seu respectivo destino pós-utilização [...]. Esta questão moveu, e ainda hoje move, o setor na direção das chamadas práticas sanitárias que, sistematizadas, conformaram a tradicional área de Saneamento do Meio. Também tradicional são as atividades de vigilância e combate aos vetores em seus principais criadouros e nichos ecológicos, pontos vulneráveis de precária urbanização. [...]. O mesmo não ocorreu em relação à poluição do ar (contaminação e ruído) ou do solo (por produtos perigosos) ou, ainda, no tocante a outros impactos ambientais com consequências diretas na saúde das populações (IANNI; QUITÉRIO, 2006, p. 169-170).

Valentim (2010, p. 82) ainda faz um comentário pertinente sobre o caos urbano: “Neste cenário, milhões de pessoas vivem na alternância das oportunidades e das incertezas; nele, se permite certa ousadia para que as pessoas fixem seus próprios horizontes, mas é nele também que as potencialidades humanas são de muitas formas brutalizadas e a natureza destruída”.

Portanto, há diversos estudos que já demonstraram a estreita e degradante relação entre a saúde humana e a desordem espacial urbana. Os diversos problemas relacionados à falta de saneamento, habitações inseguras e insalubres, falta de estrutura e serviços em geral estão diretamente relacionados às diversas doenças, desde as infecto-parasitárias às crônico-degenerativas. Porém, precisamos avançar para a análise do fenômeno em suas determinações essenciais, em suas raízes.

Especialmente nos últimos vinte anos, há uma crescente tendência para a realização de estudos que abordam as relações entre saúde e fatores econômicos, sociais, ambientais, geográficos etc., contrapondo a produção científica do século

XIX e início do século XX, na qual a saúde era tratada, apenas, em seus aspectos biológicos.

Principalmente a partir da década de 1970, após a *Conferência Internacional Sobre Cuidados Primários de Saúde* em Alma-Ata, Rússia, ganhou força o enfoque social do processo saúde-doença, sob especial influência do movimento da Medicina Social. Porém, persistiu, ainda, um intenso conflito entre a concepção social e a concepção meramente biológica, prevalecendo esta última. Apenas nos anos de 1990 é que o enfoque social parece ganhar maior espaço nos debates políticos e acadêmicos (BUSS, PELLEGRINI FILHO, 2007). A partir de então, começa a ser sistematizada a teoria dos Determinantes Sociais da Saúde (DSS).

Os DSS são definidos como sendo “os fatores sociais, econômicos, culturais, étnicos/raciais, psicológicos e comportamentais que influenciam a ocorrência de problemas de saúde e fatores de risco na população” (CNDSS⁵, 2006 *apud* BUSS; PELLEGRINI FILHO, 2007, p. 78). Em suma, são as condições sociais de vida e trabalho dos indivíduos.

Assim, vários autores vêm se propondo a estudar os DSS (BUSS, PELLEGRINI FILHO, WHITEHEAD, para citarmos alguns), demonstrando que problemas sociais como pobreza, miséria, desemprego, questão urbana e ambiental em geral, violência etc. são determinantes para as condições de saúde dos indivíduos e das coletividades humanas. De fato, até certo ponto, esses estudos trouxeram contribuições relevantes para a saúde. Porém, observamos que as discussões teóricas, em sua grande parte, encontram-se voltadas para a imediatez da questão (centrando-se em associações epidemiológicas), perdendo de vista o fio condutor que une todos os problemas sociais e ocultando seu processo ontogenético.

Os teóricos que dissertam sobre DSS afirmam existir uma determinação social, mas não deixam claro de qual social se fala, qual a estrutura social que sustenta e viabiliza o desenvolvimento das mazelas sociais. A nosso ver, não se pode discutir o que vem sendo designado como DSS, sem a discussão sobre a ordem societária vigente. A maioria destes estudos não leva em consideração que o modo de produção capitalista determina uma estrutura societária composta por duas classes fundamentais e antagônicas (burguesia e proletariado) na qual o trabalho é

⁵ Comissão Nacional sobre Determinantes Sociais da Saúde.

realizado baseado na exploração de uma classe sobre a outra e, desse modo, desconsideram que, nessas condições, o trabalho torna-se o motivo da riqueza de uns e da pobreza de muitos. Só com o entendimento da lógica e da dinâmica da sociedade capitalista é que poderemos compreender os desdobramentos desta sociedade para a problemática da saúde. Ao contrário, a discussão torna-se rasa, imediata, superficial.

A teoria sobre os DSS vem detendo-se a um conjunto de fatores como se estes fossem a-históricos, fenômenos isolados, desconsiderando-se que foram gestados ou, pelo menos, impulsionados pelo modo de produção capitalista. O que se designa de DSS, para nós, trata-se de expressões da *questão social* (ou, quando não, desdobramentos destas) e, por tal motivo, a ênfase do estudo filosófico e científico em busca da saúde para além dos aspectos biológicos deveria debruçar-se sobre suas bases (raízes), como a disparadora dos problemas sociais enfrentados pela classe trabalhadora, em suas diversas implicações para a saúde. Portanto, resgatamos, aqui, as raízes da *questão social* para contrapor à abordagem superficial que a determinação social da saúde vem tendo.

Observamos que a expressão *questão social* surge para denominar o fenômeno que assolava a Europa Ocidental em meio à Revolução Industrial: o pauperismo – e seus desdobramentos (NETTO, 2001). Para os mais lúcidos observadores da época, independentemente de suas perspectivas teóricas, tornou-se claro que se tratava de uma nova pobreza. Tratava-se de um fenômeno estritamente contraditório, já que, “pela primeira vez na história registrada, a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas” (NETTO, 2001, p.42, grifo da obra).

Engels (2008), em sua análise sobre o proletariado inglês, afirma que cada vez mais gente engrossava as filas proletárias. Eram homens que migravam para as cidades ou abandonavam seus velhos ofícios e, despossuídos de tudo, iam submeter-se ao trabalho industrial. Porém, nem sempre encontravam ali o que procuravam.

O próprio Engels demonstra quais sejam as raízes da “situação social” dos trabalhadores ingleses. O filósofo (numa aproximação com as categorias teóricas da Economia Política Clássica) revela-nos que a concorrência necessária à acumulação capitalista origina uma população supérflua às necessidades de produção. Nas

palavras de Engels:

Se a procura por operários cresce, seu preço sobe; se diminui, seu preço cai; e se a procura cai a ponto de um certo número de operários não ser vendável, eles ficam como que *em estoque* e, como não há emprego que lhes forneça meios para subsistir, morrem de fome. De fato, para usar a linguagem dos economistas, as somas gastas para mantê-los vivos não seriam “reproduzidas”, seriam dinheiro jogado fora e ninguém faz isso com seu capital (ENGELS, 2008, p. 121, grifo da obra).

Engels acrescenta que o incremento dos meios industriais

[...] introduzidos com vistas no aumento da produção, em longo prazo provocam uma redução nos preços dos artigos produzidos e, conseqüentemente, um aumento de seu consumo de modo tal que uma grande parte dos operários desempregados encontra afinal, depois de passar um longo período de sofrimento, um lugar nos novos ramos da indústria (...) [mas], embora a indústria não cesse de se desenvolver e a demanda por operários continue aumentando, a Inglaterra, segundo a admissão de todos os partidos oficiais (*tories*, *whigs* e radicais), possui, apesar de tudo, uma população supérflua e excedente e, no conjunto, a concorrência *entre os trabalhadores* permanece maior que a concorrência *entre os patrões* para contratar operários (ENGELS, 2008, p. 123, grifo da obra).

A explicação para o fenômeno da proletarização (e conseqüente pauperização) foi, depois, aprofundada por Karl Marx, com a *Lei Geral de Acumulação Capitalista*, descrita no capítulo XXIII de *O Capital*. Portanto, podemos afirmar, assim como vem afirmando Pimentel (2007), que a raiz material da *questão social* encontra-se nesta *lei*.

A *Lei Geral de Acumulação Capitalista*, descrita por Marx, guarda estreita relação com a análise feita por Engels, mas vai além. Em linhas gerais, Marx afirma que mantida a composição técnica do capital inalterada – “que determinada massa de meios de produção ou de capital constante⁶ requeira sempre a mesma massa de força de trabalho para ser posta em movimento” (MARX, 1996, p. 246) –, no processo de acumulação capitalista, há uma crescente demanda por força de trabalho, já que “uma parcela da mais-valia transformada em capital adicional precisa ser sempre retransformada em capital variável⁷ ou fundo adicional de trabalho” (MARX, 1996, p. 246).

Ou seja, no momento inicial da acumulação, uma condição essencial é o

⁶ “Capital constante ou valor dos meios de produção” (MARX, 1996, p. 245).

⁷ “Capital variável ou valor da força de trabalho” (MARX, 1996, p. 245). É o único capaz de gerar valor adicional, já que é da força de trabalho que se extrai a mais-valia. O capital constante apenas transfere seu valor para o produto final.

crescimento do capital variável. Como resultante do aumento da demanda por força de trabalho, temos, neste momento inicial, uma elevação dos salários, porém seu aumento expressa tão-somente a diminuição da quantidade de trabalho não pago que o trabalhador tem de realizar e essa diminuição jamais poderá se tornar uma ameaça ao próprio sistema. Quando isso ocorre, a acumulação afrouxa devido ao preço crescente do trabalho, de forma a sempre garantir lucro (PIMENTEL, 2007).

No entanto, a situação acima descrita acontece apenas num momento inicial, isso porque o processo de acumulação ultrapassa tal fase. O capital exige uma produtividade crescente, ou seja, uma quantidade maior de meios de produção que um trabalhador individual é capaz de transformar em produto no mesmo período de tempo. Portanto, a massa de meios de produção cresce com a produtividade do trabalho, enquanto que a força de trabalho é incorporada numa menor proporção (é importante ressaltar que a força de trabalho continua a crescer em termos absolutos), trata-se da lei do crescente aumento da parte constante do capital em relação à parte variável (MARX, 1996).

Diante de tais condições, a elevação dos salários se dá em função de uma ampliação na velocidade de acumulação de capital, que, por sua vez, é fruto da ampliação da quantidade de trabalho gratuito fornecida pela classe trabalhadora, ou seja, “significa, de fato, apenas que o tamanho e o peso da cadeia de ouro, que o próprio trabalhador forjou para si, permitem reduzir seu aperto” (MARX, 1996, p. 251). Salários baixos fazem crescer a acumulação de capital, que cria a necessidade de que novos trabalhadores sejam contratados. Assim, a oferta de força de trabalho torna-se inferior à demanda e, portanto, os salários se elevam. Entretanto, a ampliação do trabalho não pago é a lei de tendência capitalista. Nesse sentido, o preço do trabalho fica limitado ao ponto no qual ficam assegurados os fundamentos do sistema (acumulação e produtividade crescente).

Devemos considerar, ainda, que a causa fundamental que provoca a queda dos salários consiste na formação de um Exército Industrial de Reserva (EIR). Para Marx, assim como para Engels, a acumulação capitalista produz uma população excedente de trabalhadores, ou seja, que ultrapassa as necessidades médias da expansão do capital. A população trabalhadora produz as condições que a torna supérflua ao sistema capitalista à medida que permite a ampliação da riqueza social, obedecendo à já citada lei do crescente aumento da parte constante do capital em

relação à parte variável (MARX, 1996).

Nesse sentido, o EIR engloba a massa de desempregados, que são os trabalhadores que ora são atraídos e ora são repelidos para determinadas atividades, trabalhadores agrícolas que migram para os centros urbanos, trabalhadores nos subempregos ou em relações de trabalho precarizadas e aqueles em condições de miséria. Essa população supérflua exerce pressão sobre os que estão empregados, que, por sua vez, se submetem aos ditames do capital para não perderem seus postos, já que existe um EIR disposto a se submeter aos salários até inferiores para se verem livres do desemprego. Quanto maior o EIR, maior o impulso de acumulação e maior a produtividade, o que aumenta o EIR e o pauperismo (MARX, 1996). Portanto,

[...] o pauperismo se constitui na camada social que perdeu a capacidade de vender sua força de trabalho e tem que mendigar a caridade pública. Ele se expressa na forma como o capital se apropria da força de trabalho da classe trabalhadora, com a finalidade de assegurar a sua reprodução e a acumulação da riqueza por parte dos capitalistas e, contraditoriamente, produz a acumulação da miséria da classe que produziu seu produto como capital (PIMENTEL, 2007, p. 52).

Dos desdobramentos objetivos da pauperização e das respostas humano-sociais contra a mesma, constitui-se a *questão social*. Em síntese, existem três aspectos centrais que envolvem a *questão social*: sua raiz material na *Lei Geral de Acumulação Capitalista*; seu caráter político reconhecido à medida que o proletariado reage as condições de exploração; suas respostas sociais, mediadas por determinadas organizações sociais ou através da intervenção do Estado. Os dois últimos aspectos consistem nas raízes humano-sociais da questão social (PIMENTEL, 2007).

No capitalismo contemporâneo, a *questão social* conserva as suas raízes, sendo que se expressa sob novas formas ou, mesmo quando se expressa sob formas antigas, o faz com maior intensidade. É o que vemos com a questão ambiental, a violência desenfreada, o desemprego crônico, a exploração da mão de obra feminina, a precarização das relações de trabalho etc. (PIMENTEL, 2007).

Assim, diante do exposto, constatamos que a problemática do ambiente urbano não pode ser vista isoladamente. De fato, ela compõe a *questão social*, considerando que esta última é uma e exclusiva da sociedade capitalista. Em outras

palavras, o problema do espaço urbano consiste numa expressão da *questão social*, sendo a *Lei Geral de Acumulação Capitalista* o fio condutor que a une aos outros problemas sociais.

Cabe ressaltar que todas essas mazelas sociais rebatem-se sobre a saúde, como vem sendo demonstrado nos estudos sobre os DSS. Todavia, é preciso dizer que não são problemas desconexos entre si, nem fragmentos da realidade que ganham autonomia. Pelo contrário, são manifestações de uma mesma questão, com sua base objetiva no processo de trabalho tal qual ele é desenvolvido no capitalismo. Portanto, o que vem sendo denominado de DSS tem como pano de fundo as *raízes materiais e humano-sociais da questão social*⁸. Desse modo, afirmamos: a determinação essencial da problemática da saúde encontra-se no processo de acumulação capitalista. Cada problema social deve ser situado nesta plataforma, considerando a relação dialética entre singular-particular-universal.

Considerando o supracitado, não podemos pensar a questão urbana e a saúde apenas como dois problemas que se relacionam. Se assim pensarmos, poderemos até admitir que eles possuem similitudes e mútuos rebatimentos, mas não necessariamente que possuem um fio condutor, isto é, que comungam da mesma raiz. E a análise feita por Engels nos permite perceber tal interface em seus elementos mais essenciais/universais, conduzindo-nos ao desvelamento da determinação essencial da problemática da saúde. Assim, a interface questão urbana e saúde vai além de uma simples relação. Ao contrário, por serem produtos da sociedade capitalista, possuem, em última instância, a mesma raiz.

À guisa de conclusão

Findada a nossa análise da obra *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, queremos retomar dois aspectos à guisa de conclusão.

O primeiro aspecto: a atualidade da obra de Engels. A questão do espaço urbano da Inglaterra no século XIX é uma manifestação funesta e absoluta do caráter desumano do capital. Atualmente, no século XXI, há quem diga que especialmente as potências capitalistas (tal como é a Inglaterra) superaram esta

⁸ Expressão primeiramente utilizada por Edlene Pimentel (2007) em sua obra "Uma Nova Questão Social? Raízes materiais e humano-sociais do pauperismo de ontem e de hoje". Maceió: EDUFAL. 2007.

questão. Uma análise um pouco mais minuciosa da sociedade contemporânea revela que a questão não foi superada, apenas se expressa sob novas formas. Já na parte do mundo considerada em “desenvolvimento” (onde podemos situar o Brasil) ou “subdesenvolvida” (se assim preferirem), ela ainda se apresenta mesmo tal qual na Inglaterra do século XIX, em sua forma absoluta e evidente, livre de maquilagens. De fato, mantida a base social, a problemática urbana persiste em seus elementos essenciais. Estes elementos são demonstrados na análise do filósofo alemão, o que confere caráter de atualidade à obra estudada neste artigo.

O segundo aspecto: a partir de Engels, reforçamos a concepção de que a determinação essencial da problemática da saúde está na forma como o processo de trabalho se dá na sociedade burguesa. A análise materialista histórico-dialética da interface questão urbana e saúde conduziu-nos para o resgate das raízes da *questão social*. A partir disto, concluímos que a determinação da problemática da saúde é essencialmente “econômica” (não se entenda economia no sentido “vulgar” da ciência burguesa, nem como sendo a única determinação. Trata-se, pois, do seu *momento predominante*), pois os supostos DSS consistem em condições sociais com raízes materiais precisas, que apenas vão adquirindo novas formas de acordo com o momento histórico vivido pelo sistema do capital, mas que não deixam de compor uma questão una. Todavia, não desconsideremos todas as mediações existentes entre a totalidade social e a singularidade da categoria saúde, dentro do *complexo de complexos* (tal qual explica György Lukács), do contrário, estaríamos fadados a uma determinação linear e mecânica.

Para finalizar, afirmamos que enquanto imperar a *Lei Geral da Acumulação Capitalista*, a problemática do ambiente urbano e seus desdobramentos para a saúde continuarão persistentes e pondo-se como um grande desafio à humanidade. Apenas uma sociedade emancipada do capital poderá vislumbrar a dissolução desta problemática.

Referências

BUSS, Paulo Marchiori; PELLEGRINI FILHO, Alberto. A saúde e seus determinantes,. In: **PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva**, 17(1), 77-93, 2007.

ENGELS, Friedrich. **A Situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. 1ª ed. São

Paulo: Boitempo, 2008.

MARX, Karl. **O Capital**. Crítica da Economia Política. Livro Primeiro, Tomo 2. 3ª ed. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

IANNI, Aurea Maria Zöllner; QUITÉRIO, Luiz Antonio Dias. A questão ambiental urbana no Programa de Saúde da Família: avaliação da estratégia ambiental numa política pública de saúde. **Ambiente & Sociedade**, 9(1), 169-182, 2006.

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da questão social. In: **Temporalis**. Revista da ABEPSS, 3, 41-50, 2001.

PIMENTEL, Edlene. **Uma “Nova Questão Social”?** Raízes materiais e humano-sociais do pauperismo de ontem e de hoje. 1ª ed. Maceió: EDUFAL, 2007.

VALENTIM, Luís Sérgio Ozório. **Sobre a produção de males e bens nas cidades. Estrutura urbana e cenários de riscos à saúde em áreas contaminadas na região metropolitana de São Paulo**. Tese de doutorado em Arquitetura e Urbanismo. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP), 2010.